



ISSN: 2595-1661

ARTIGO

Listas de conteúdos disponíveis em [Portal de Periódicos CAPES](https://portaldeperiodicos.capes.gov.br/)

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Página da revista:

<https://revistajrg.com/index.php/jrg>



Libras e dissidência: por uma linguística da diferença e contra o ouvintismo estrutural

Libras and dissidence: towards a linguistics of difference and against structural audism

DOI: 10.55892/jrg.v8i19.2664

ARK: 57118/JRG.v8i19.2664

Recebido: 09/11/2025 | Aceito: 13/11/2025 | Publicado on-line: 14/11/2025

Wolney Gomes Almeida¹

<https://orcid.org/0000-0003-1454-8213>

<http://lattes.cnpq.br/0255287881353014>

Universidade Estadual de Santa Cruz, Bahia, Brasil

E-mail: wgalmeida@uesc.br



Resumo

O artigo discute a Libras como linguagem dissidente e prática epistemológica que tensiona os fundamentos da linguística tradicional e as hierarquias impostas pelo ouvintismo estrutural. Sustentado na Linguística Aplicada Crítica, na Filosofia da Diferença e nas Epistemologias Surdas e Decoloniais, o estudo compreende a linguagem como prática política e enunciativa que produz modos de existir e resistir. A Libras é analisada como território de insurgência teórica e ética, capaz de deslocar concepções fonocêntricas e reposicionar o sujeito surdo como produtor de conhecimento. Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa e interpretativa, ancorada na análise discursiva crítica de produções teóricas e culturais sobre a surdez e a diferença. O corpus é composto por textos e discursos que evidenciam os efeitos do ouvintismo na constituição dos saberes linguísticos e na construção de identidades surdas. Conclui-se que a Libras atua como linguagem de dissidência epistêmica, instaurando uma linguística da diferença que desloca a centralidade da voz e afirma outras formas de existência, significação e resistência.

Palavras-chave: Dissidência; Linguística Aplicada Crítica; Filosofia da Diferença; Ouvintismo Estrutural; Decolonialidade.

Abstract

The article discusses Libras as a dissident language and an epistemological practice that challenges the foundations of traditional linguistics and the hierarchies imposed by structural audism. Grounded in Critical Applied Linguistics, the Philosophy of Difference, and Deaf and Decolonial Epistemologies, the study understands language as a political and enunciative practice that produces modes of existence and

¹ Pós-doutor em Educação Especial pela Universidade do Minho, Portugal; Doutor em Educação, Especialista em Língua Brasileira de Sinais; Especialista em Ciências Neurológicas, Deficiências Múltiplas e Surdocegueira. Docente da Universidade Estadual de Santa Cruz. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Inclusiva.

resistance. Libras is analyzed as a territory of theoretical and ethical insurgency, capable of displacing phonocentric conceptions and repositioning the Deaf subject as a producer of knowledge. Methodologically, the research adopts a qualitative and interpretive approach, based on critical discourse analysis of theoretical and cultural productions about deafness and difference. The corpus consists of texts and discourses that reveal the effects of audism on the constitution of linguistic knowledge and the construction of Deaf identities. It concludes that Libras acts as a language of epistemic dissidence, establishing a linguistics of difference that displaces the centrality of voice and affirms other ways of existing, signifying, and resisting.

Keywords: *Dissidence; Critical Applied Linguistics; Philosophy of Difference; Structural Audism; Decoloniality.*

1. Introdução

Pensar a Libras como linguagem de dissidência é reconhecer que a língua de sinais, mais do que um sistema linguístico, constitui um espaço de criação epistemológica e de resistência política. Em sua materialidade visual e espacial, a Libras inscreve-se como linguagem plena, dotada de gramática própria e de um regime de significação que subverte a centralidade da voz e da audição. A existência da Libras, especialmente quando pensada em sua potência discursiva e filosófica, tensiona os fundamentos da linguística tradicional, marcada por um legado fonocêntrico que historicamente privilegiou a fala como critério de verdade e de humanidade.

A língua de sinais, nesse sentido, não apenas comunica, mas também anuncia a possibilidade de outros modos de existência e de saber. A emergência da Libras como campo de produção científica e política no Brasil — principalmente após sua oficialização pela Lei nº 10.436/2002 e pelo Decreto nº 5.626/2005 — não representa apenas o reconhecimento de uma minoria linguística, mas a abertura de um território de pensamento que desafia as epistemes hegemônicas. Ao se afirmar como língua, a Libras instaura um gesto de desobediência epistêmica (MIGNOLO, 2008), recusando a universalidade das categorias que moldaram o campo da linguagem a partir da oralidade e da linearidade alfabética.

A história da surdez, no contexto ocidental, foi atravessada por práticas sistemáticas de silenciamento e domesticação da diferença. Da proibição do uso das línguas de sinais nos congressos do século XIX ao modelo médico-terapêutico que tratou o corpo surdo como deficiência a ser corrigida, o que se observa é a persistência de um olhar que define a surdez a partir da falta. Essa herança, que se inscreve no imaginário social e nas práticas educacionais, constitui o que denomino ouvintismo estrutural: um conjunto de dispositivos simbólicos e institucionais que naturalizam a centralidade da escuta como condição de pertencimento ao humano. O ouvintismo estrutural, assim, não é apenas uma ideologia, mas um regime de poder e saber que organiza as formas de perceber, nomear e validar a diferença.

O presente estudo situa-se no campo da Linguística Aplicada Crítica, concebida aqui como um espaço de interrogação das práticas discursivas e das relações de poder que atravessam a linguagem (PENNYCOOK, 2001; MOITA LOPES, 2006). Essa vertente da linguística, ao deslocar-se das perspectivas normativas e universalizantes, permite compreender a língua não como um sistema autônomo, mas como uma prática social e política, implicada em processos de subjetivação, decolonização e resistência. É nesse horizonte que a Libras se torna objeto e, ao mesmo tempo, método de reflexão: um modo de pensar a linguagem

desde os corpos e as experiências que historicamente foram marginalizados pelo paradigma do som.

Inspirado também pela Filosofia da Diferença (DELEUZE; GUATTARI, 1995; FOUCAULT, 1976), este artigo concebe a linguagem como campo de forças e como acontecimento. Pensar a Libras a partir dessa perspectiva implica compreender o signo não como representação, mas como produção: um ato de criação contínua que reconfigura o real. A língua de sinais, enquanto acontecimento, produz rupturas nos modos de enunciar e de perceber, instaurando outras ontologias do corpo e da expressão. O corpo surdo, nesse processo, não é mero suporte fisiológico da língua, mas seu próprio território de significação — corpo que pensa, sente, e cria a linguagem no espaço.

Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa e interpretativa, fundamentada na análise discursiva crítica de produções teóricas, acadêmicas e culturais sobre a Libras, a surdez e a diferença. O corpus de análise é composto por textos de autores dos Estudos Surdos, da Linguística Aplicada Crítica e das Epistemologias Decoloniais — como Perlin (2005), Strobel (2009), Skliar (1998), Walsh (2018) e Santos (2010) —, além de enunciados midiáticos e institucionais que produzem sentidos sobre o sujeito surdo e sua língua. O percurso metodológico não busca estabelecer generalizações, mas interpretar os modos como o ouvintismo se manifesta nos discursos contemporâneos e como a Libras opera como campo de resistência e de criação.

Essa opção metodológica se justifica pelo entendimento de que a linguagem não é um objeto neutro, mas um espaço de disputa simbólica. A análise qualitativa e discursiva permite desvelar as condições de produção dos enunciados, seus efeitos de sentido e as relações de poder que os sustentam. Assim, o estudo se ancora na leitura crítica e hermenêutica de textos teóricos e políticos, assumindo a interpretação como prática ética e política de produção de conhecimento.

A discussão aqui proposta também se alinha às Epistemologias Surdas e Decoloniais (PERLIN, 2005; WALSH, 2018; SANTOS, 2010), que reivindicam a legitimidade dos saberes produzidos nas margens do sistema colonial de conhecimento. Nesse sentido, a Libras é compreendida como prática de resistência epistêmica que questiona a colonialidade da linguagem e da razão. Pensar a língua de sinais é, portanto, pensar a partir de uma fronteira, de um entre-lugar em que o corpo e o signo se confundem e se reinventam.

Assim, o objetivo deste artigo é discutir a Libras como linguagem dissidente e prática teórica de resistência às estruturas do ouvintismo, compreendendo-a como espaço de invenção de saberes e de subjetividades. Busca-se evidenciar como o corpo surdo, ao inscrever-se na linguagem, produz deslocamentos conceituais e epistemológicos que desestabilizam as normas do ouvir e do dizer, abrindo caminhos para uma linguística da diferença.

A pesquisa propõe, portanto, uma leitura crítica da Libras como acontecimento discursivo e ético, capaz de instaurar fissuras nos discursos hegemônicos e de reposicionar o sujeito surdo como protagonista na produção do conhecimento e na invenção de novas epistemes. Essa reflexão, de caráter teórico-analítico, insere-se no horizonte das teorias críticas da linguagem e da diferença, reconhecendo que falar de Libras é, necessariamente, falar de resistência, decolonialidade e reexistência. Pensar a Libras como dissidência é, enfim, afirmar que toda língua é uma forma de pensar o mundo — e que, ao pensar o mundo de outra forma, a Libras o transforma.

2. Fundamentação teórica

A fundamentação teórica deste estudo se organiza em três eixos que dialogam entre si: a Linguística Aplicada Crítica, a Filosofia da Diferença e as Epistemologias Surdas e Decoloniais. Esses campos, embora distintos em suas origens, convergem na recusa a modelos universais de conhecimento e na defesa da diferença como princípio constitutivo do pensar e do existir. A articulação entre esses referenciais sustenta a leitura da Libras como linguagem dissidente, capaz de desestabilizar as hierarquias epistemológicas fundadas no ouvintismo estrutural e de instaurar novas formas de compreender a linguagem, o corpo e o sujeito.

2.1 Linguística Aplicada Crítica: a linguagem como prática política

A Linguística Aplicada Crítica (LAC) emerge, especialmente a partir dos anos 1990, como um campo de ruptura com os paradigmas tradicionais da linguística aplicada, centrados em modelos instrumentais e normativos de língua. Autores como Pennycook (2001), Moita Lopes (2006, 2013) e Rajagopalan (2003) propõem uma linguística implicada nas dimensões sociais, culturais e ideológicas da linguagem, entendendo-a como prática política e situada.

A LAC parte da premissa de que toda produção linguística é atravessada por relações de poder e que o ensino, a tradução e a pesquisa são espaços de disputa simbólica e ideológica. Nesse horizonte, a língua não é concebida como um sistema autônomo, mas como um campo de ação que materializa e reconfigura as estruturas sociais. Essa abordagem desloca a linguística de um lugar de neutralidade científica para o de prática de engajamento ético e político.

No contexto da Libras, essa perspectiva crítica possibilita compreender que o reconhecimento da língua de sinais não se limita a um ato legal ou pedagógico, mas implica uma transformação epistemológica. Falar sobre Libras na Linguística Aplicada Crítica é compreender que ela reconfigura os modos de pensar a linguagem, pois rompe com a lógica da centralidade sonora e desafia a universalidade das categorias linguísticas criadas para as línguas orais. Assim, a Libras é compreendida como prática discursiva de resistência e como acontecimento decolonial no campo da linguagem, um espaço onde o corpo surdo se inscreve como produtor de sentido e de conhecimento.

A Linguística Aplicada Crítica, ao dialogar com a filosofia e com as teorias pós-estruturalistas, fornece um aparato analítico que legitima a leitura da Libras como força política e teórica. Ela permite desnaturalizar o discurso científico sobre o que é língua, mostrando que a definição de “linguagem legítima” é sempre produto de disputas históricas e ideológicas. Ao adotar essa vertente, este estudo reafirma que a análise da Libras ultrapassa o nível descritivo, envolvendo uma crítica profunda aos dispositivos de poder que moldam as formas de nomear e silenciar o outro.

2.2 Filosofia da Diferença: o pensamento como resistência

A Filosofia da Diferença, especialmente nas obras de Gilles Deleuze, Félix Guattari e Michel Foucault, propõe uma reconfiguração radical das formas de pensar a linguagem, o sujeito e o saber. Em oposição às filosofias da identidade e da representação, esse pensamento entende a diferença não como desvio ou variação, mas como potência criadora e produtora de realidade.

Deleuze e Guattari (1995) concebem a linguagem como fluxo, rizoma e multiplicidade, recusando a ideia de uma língua centrada, homogênea ou hierarquizada. Foucault (1976), por sua vez, evidencia que os discursos não são

espelhos da realidade, mas práticas que produzem os próprios objetos de que falam. Essa compreensão desloca a linguagem do campo da representação para o campo da criação — um movimento que encontra eco na experiência da Libras, cuja materialidade visual-espacial desafia as concepções tradicionais de signo e de sujeito.

Pensar a Libras pela Filosofia da Diferença significa recusar a lógica da comparação com as línguas orais e, em seu lugar, afirmar a singularidade de um modo de enunciação que se dá no corpo, no espaço e no movimento. A língua de sinais é acontecimento, é invenção de sentido e, sobretudo, é resistência. Ao mobilizar o corpo como campo de expressão e de pensamento, a Libras encarna o princípio deleuziano de que “a linguagem é aquilo que faz o novo nascer” — o novo aqui entendido como aquilo que escapa às categorias fixas do dizer e do ouvir.

Nesse horizonte, a Filosofia da Diferença sustenta a noção de que a Libras é mais do que uma língua minoritária: é uma força de desterritorialização do pensamento linguístico e epistemológico. Ela rompe com o regime de verdade que associa o som à racionalidade e desestabiliza a estrutura binária entre normalidade e deficiência, instituindo o corpo surdo como território de produção simbólica e política. A Libras, ao instaurar essa diferença, não se opõe à língua oral — ela cria um outro modo de pensar o próprio conceito de linguagem.

2.3 Epistemologias Surdas e Decoloniais: saberes em resistência

As Epistemologias Surdas e as perspectivas decoloniais convergem ao reivindicar o direito de pensar o mundo desde os corpos e experiências historicamente silenciados pela colonialidade do saber. Enquanto o paradigma colonial produziu hierarquias entre línguas, culturas e modos de conhecimento, as epistemologias surdas reivindicam o reconhecimento da surdez como diferença e não como deficiência (PERLIN, 2005; STROBEL, 2009; SKLIAR, 1998).

A colonialidade da linguagem, tal como propõe Mignolo (2008) e Walsh (2018), não se restringe à dominação geopolítica, mas à imposição de um modelo universal de racionalidade, no qual apenas certas formas de expressão são consideradas legítimas. Nesse cenário, a Libras e as línguas de sinais se inscrevem como práticas insurgentes, pois desafiam o monopólio da fala como veículo privilegiado do pensamento. Ao produzir conhecimento a partir do corpo e da visualidade, a Libras realiza uma desobediência epistêmica, abrindo espaço para uma ecologia dos saberes (SANTOS, 2010) que reconhece múltiplas formas de racionalidade e de sensibilidade.

As Epistemologias Surdas, nesse contexto, situam-se como movimento teórico e político que desloca o sujeito surdo da condição de objeto de estudo para o lugar de produtor de conhecimento. Essa mudança epistemológica é, ao mesmo tempo, decolonial e dissidente, pois implica descentrar as narrativas hegemônicas sobre linguagem e cultura. A Libras, nesse sentido, é uma prática de reexistência — uma forma de continuar sendo e de continuar criando, mesmo diante dos mecanismos de apagamento que marcaram sua história.

Compreender a Libras a partir das Epistemologias Surdas e Decoloniais é reconhecer que a diferença não é um obstáculo ao conhecimento, mas o próprio motor da criação epistemológica. A língua de sinais não apenas expressa um outro modo de ser, mas produz um outro modo de pensar: pensar com o corpo, com o espaço, com a imagem e com o silêncio. Essa produção do saber a partir da diferença é, por excelência, um ato de resistência e de invenção.

A articulação entre a Linguística Aplicada Crítica, a Filosofia da Diferença e as Epistemologias Surdas e Decoloniais possibilita compreender a Libras como

linguagem insurgente e produtora de deslocamentos epistemológicos. Enquanto a Linguística Aplicada Crítica fornece as bases para entender a linguagem como prática social e política, a Filosofia da Diferença oferece um campo conceitual para pensar o devir e a multiplicidade do signo. Por sua vez, as Epistemologias Surdas e Decoloniais situam o sujeito surdo e sua língua no centro da produção de conhecimento, propondo uma ruptura com as formas coloniais e ouvintistas de saber.

Essa triangulação teórica sustenta a ideia de que a Libras é uma prática de dissidência epistêmica e de resistência linguística, capaz de instaurar uma linguística da diferença — uma linguística que, ao invés de explicar a língua a partir do som, escuta o mundo a partir do corpo.

3. Caminho metodológico

A metodologia adotada neste estudo se ancora em uma perspectiva qualitativa, interpretativa e crítica, orientada pela compreensão de que o conhecimento linguístico e social se produz no encontro entre discurso, corpo e cultura. A escolha dessa abordagem decorre do entendimento de que as práticas linguísticas, especialmente quando relacionadas à Libras, não se reduzem a fenômenos empíricos isolados, mas configuram campos de sentido que demandam leitura e interpretação. Nesse horizonte, a análise não busca quantificar dados, mas compreender as condições de produção, os efeitos discursivos e as tensões políticas que constituem o lugar da língua de sinais na ordem do saber.

O estudo se insere, portanto, na tradição da Análise do Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 1992; RESENDE; RAMALHO, 2016), sem se limitar a ela, pois incorpora dimensões filosóficas e decoloniais que ampliam o escopo interpretativo. Essa vertente compreende o discurso como prática social e como espaço de luta simbólica, em que se articulam linguagem, poder e ideologia. A escolha dessa metodologia justifica-se pela necessidade de desvelar como o ouvintismo estrutural opera na constituição dos discursos sobre a surdez e a Libras, produzindo efeitos de verdade e de exclusão.

O corpus de análise é composto por um conjunto de textos teóricos, acadêmicos e culturais que tratam da Libras, da surdez e da diferença, bem como por discursos institucionais e midiáticos que produzem representações sobre o sujeito surdo. Incluem-se, nesse corpus, excertos de produções científicas vinculadas aos Estudos Surdos (Perlin, 2005; Strobel, 2009; Skliar, 1998), à Linguística Aplicada Crítica (Pennycook, 2001; Moita Lopes, 2006) e às Epistemologias Decoloniais (Mignolo, 2008; Walsh, 2018; Santos, 2010), além de fragmentos de políticas educacionais e documentos oficiais que normatizam o ensino da Libras.

A constituição desse corpus se deu a partir de dois critérios principais: (1) a relevância discursiva — textos e documentos que evidenciam o atravessamento do poder e da ideologia na construção dos sentidos sobre a surdez e a língua de sinais; e (2) a potência de dissidência — produções que revelam formas de resistência, deslocamento ou reinvenção epistemológica. Essa dupla entrada — entre a análise crítica e o reconhecimento da insurgência — permite compreender não apenas as práticas de dominação, mas também as brechas pelas quais emergem os discursos de resistência e de reexistência surda.

O percurso metodológico envolveu três movimentos interpretativos:

1. Leitura discursiva e contextual dos textos e enunciados, visando identificar os mecanismos linguísticos e ideológicos que sustentam a lógica do ouvintismo estrutural;

2. Interpretação crítica, inspirada em Fairclough (1992), que articula as dimensões textual, discursiva e social dos enunciados, examinando as relações entre linguagem, poder e identidade;
3. Análise de resistência, orientada pelas epistemologias surdas e decoloniais, para reconhecer nos discursos da Libras as práticas de ruptura, de subversão e de criação de novos modos de existência e de saber.

Esse percurso analítico, de natureza reflexiva e ensaística, assume que o pesquisador é também parte do processo interpretativo, afetado pelos discursos que analisa e pelas posições ético-políticas que escolhe. Assim, a metodologia aqui proposta não pretende neutralidade, mas compromisso. O compromisso ético de dar visibilidade à produção de sentidos que emergem das margens e que desafiam as epistemes dominantes.

Em coerência com a Filosofia da Diferença, a análise dos enunciados não busca fixar significados, mas acompanhar os movimentos e os devires que atravessam a linguagem. Nessa perspectiva, a Libras é tomada como campo de enunciação que desterritorializa a própria ideia de língua, propondo uma outra racionalidade: uma racionalidade do corpo, do olhar e da visualidade.

Assim, o caminho metodológico deste estudo é simultaneamente crítico e poético: crítico por desvelar os dispositivos do ouvintismo estrutural e poético por afirmar que toda língua é criação, diferença e resistência. A pesquisa, ao entrelaçar análise discursiva e pensamento decolonial, busca compreender não apenas o que se diz sobre a Libras, mas o que a Libras faz ao dizer — isto é, sua potência de deslocar, de reinventar e de produzir outras formas de existir no mundo.

4. Análises e discussões

As análises que compõem este estudo foram orientadas pelo princípio de que a linguagem não é reflexo do real, mas instância produtora de significados, de corpos e de verdades. A Libras, nesse horizonte, é compreendida como campo discursivo de resistência e de invenção, cuja existência desloca as fronteiras do linguístico e do político. A seguir, as discussões se organizam em três eixos complementares: (1) a Libras como ruptura epistemológica; (2) a produção do sujeito surdo no discurso do poder; e (3) a linguagem como prática de reexistência.

4.1 A Libras como ruptura epistemológica

Pensar a Libras como ruptura epistemológica é reconhecer que sua emergência como língua e como campo de conhecimento subverte os alicerces da linguística ocidental moderna. Ao longo da história, a constituição da linguística como ciência esteve marcada por uma obsessão com o som — o que Derrida (1967) denominou de “fonocentrismo”, e que Perlin (2005) e Strobel (2009) identificam como uma das faces mais persistentes do ouvintismo.

A oficialização da Libras no Brasil, em 2002, não apenas conferiu reconhecimento jurídico à língua, mas evidenciou uma mudança paradigmática: o deslocamento da centralidade da voz para o corpo. Essa mudança, entretanto, ainda encontra resistências nos discursos acadêmicos, institucionais e educacionais que insistem em enquadrar a Libras nos moldes das línguas orais, buscando nela equivalências fonéticas e gramaticais que a “validem” cientificamente. Essa busca revela, como observa Moita Lopes (2013), o funcionamento de um pensamento disciplinar que se alimenta da homogeneização e da normatização dos sujeitos e das línguas.

A Libras, ao contrário, afirma-se como linguagem plena em sua diferença. Seu funcionamento espacial e visual rompe com as categorias que estruturaram a linguística tradicional e impõe um novo modo de pensar o signo, o discurso e o sujeito. Nesse sentido, a Libras é um acontecimento teórico e político: ela não apenas existe, mas obriga a própria linguística a se repensar. Como propõe Deleuze (1992), o acontecimento é aquilo que “faz pensar”, que desloca o pensamento de seus eixos habituais. A Libras, como acontecimento, cria novas possibilidades de inteligibilidade e exige um movimento de tradução epistemológica por parte das ciências da linguagem.

Assim, compreender a Libras como ruptura epistemológica é reconhecer que ela não se limita a inserir um novo objeto na linguística, mas que modifica as condições de possibilidade do saber linguístico. A Libras reconfigura a própria ideia de linguagem ao afirmar que o som não é a condição do sentido — e, com isso, rompe o monopólio da audição como parâmetro de humanidade e de racionalidade.

4.2 O sujeito surdo e o discurso do poder

O segundo eixo de análise volta-se para os modos de produção do sujeito surdo nos discursos de poder que atravessam a educação, a ciência e a saúde. Historicamente, o corpo surdo foi capturado por narrativas médicas e terapêuticas que o classificaram como “deficiente”, “anormal” ou “incompleto”. Esse enquadramento, como aponta Foucault (1976), faz parte de um regime biopolítico que produz corpos dóceis e governáveis a partir de saberes institucionalizados.

No campo da surdez, esse regime se materializa no ouvintismo estrutural, entendido aqui como uma tecnologia de poder que define o sujeito surdo a partir da falta e o insere em práticas de normalização. A pedagogia oralista, por exemplo, constitui uma das expressões mais evidentes desse processo: ao interditar o uso da língua de sinais, o oralismo busca domesticar a diferença e transformar o corpo surdo em corpo ouvinte. Esse gesto não é apenas pedagógico, mas político — um gesto de apagamento e de controle simbólico.

As análises dos discursos oficiais — como a legislação educacional e os documentos de formação docente — revelam que o ouvintismo persiste de forma sutil, travestido de inclusão. Quando se fala em “adaptação” da Libras ao currículo, ou em “facilitação da comunicação” como estratégia de acessibilidade, o que se observa é a manutenção de um paradigma que ainda centraliza a norma ouvinte. O surdo é convidado a participar, mas sob as condições do outro. Como observa Walsh (2018), a colonialidade do poder se reproduz precisamente quando a diferença é tolerada, mas não reconhecida como potência epistêmica.

Em contrapartida, os discursos produzidos pelas comunidades surdas — em movimentos políticos, artísticos e acadêmicos — evidenciam um processo de deslocamento do sujeito surdo do lugar de objeto para o lugar de autor. Nesses discursos, o corpo surdo aparece como produtor de sentido e como locus de criação. Essa virada epistemológica implica pensar o surdo não como aquele que carece de linguagem, mas como aquele que cria outras linguagens, outros modos de pensar e de existir.

4.3 A linguagem como prática de reexistência

O terceiro eixo analítico enfatiza a linguagem como prática de reexistência — termo que Walsh (2018) propõe para designar os modos de vida e de pensamento que emergem da resistência e produzem novas formas de existir. A Libras, nesse

sentido, não é apenas resistência, mas reexistência: ela não se limita a negar o ouvintismo, mas propõe outros modos de ser e de saber.

A reexistência manifesta-se em práticas discursivas, artísticas e educacionais nas quais o corpo surdo se faz centro do processo de enunciação. Nas performances em Libras, nas poesias sinalizadas e nas produções acadêmicas de autores surdos, a língua se torna instrumento de afirmação identitária e de criação de mundo. Esses discursos produzem o que Deleuze e Guattari (1995) chamariam de “linhas de fuga”: movimentos de escape que não buscam destruir o sistema, mas inventar outras possibilidades de vida dentro e fora dele.

A Libras, enquanto prática de reexistência, desloca as categorias tradicionais da linguística e desafia a noção moderna de sujeito racional. Ela afirma que pensar é também ver, mover, tocar e sentir — e que o corpo, longe de ser obstáculo à linguagem, é o seu primeiro território de criação. Nesse ponto, a Libras se alinha às epistemologias surdas, pois ambas afirmam que o conhecimento não nasce do silêncio imposto, mas do silêncio que cria.

A reexistência também se expressa no campo acadêmico, onde pesquisadores surdos e ouvintes têm produzido teorias próprias, fundadas em suas experiências e perspectivas visuais. Esses movimentos discursivos representam não apenas uma democratização do espaço científico, mas uma verdadeira reconfiguração epistemológica, na qual a diferença deixa de ser o outro da norma e passa a ser o princípio da produção de conhecimento.

Síntese interpretativa

As análises revelam que a Libras opera, simultaneamente, como ruptura, resistência e criação. Ao desafiar o fonocentrismo e o ouvintismo estrutural, a língua de sinais afirma-se como território de insurgência epistêmica. O sujeito surdo, ao enunciar, não apenas ocupa um lugar na linguagem: ele reinventa a linguagem, e com ela, o próprio modo de existir no mundo.

Assim, as práticas discursivas em Libras instauram o que se pode chamar de linguística da diferença — uma linguística que não busca o universal, mas o múltiplo; que não parte da norma, mas da variação; que não se limita a descrever o que é, mas se abre ao que pode vir a ser. A Libras, nesse sentido, não é apenas objeto de estudo, mas força que convoca o pensamento a deslocar-se.

5. Considerações finais

A reflexão desenvolvida ao longo deste artigo buscou compreender a Libras como linguagem de dissidência e como força epistêmica capaz de tensionar as estruturas da linguística tradicional e os regimes de verdade que sustentam o ouvintismo estrutural. Ao situar a Libras não como derivação das línguas orais, mas como linguagem plena, o estudo evidenciou que seu funcionamento visual e espacial desafia as concepções hegemônicas de signo, sujeito e discurso, instaurando novas possibilidades de pensar a linguagem e o próprio conhecimento.

A partir da articulação entre a Linguística Aplicada Crítica, a Filosofia da Diferença e as Epistemologias Surdas e Decoloniais, foi possível afirmar que a Libras não se inscreve apenas como um objeto de análise, mas como um gesto teórico-político de deslocamento. Ela obriga o pensamento linguístico a se descentrar, a renunciar à pretensão de universalidade e a reconhecer que toda linguagem é situada, histórica e atravessada por relações de poder. A diferença, nesse contexto, deixa de ser uma categoria descritiva para tornar-se um princípio epistemológico e ético: é na diferença que o pensamento se reinventa.

As análises demonstraram que o ouvintismo estrutural persiste como dispositivo que regula o reconhecimento da surdez e da Libras no espaço social e científico. Todavia, as práticas discursivas das comunidades surdas — nas artes, na educação e na pesquisa — evidenciam um movimento de reexistência que desestabiliza esse regime. A Libras, ao afirmar-se como linguagem de corpos e olhares, não apenas resiste ao apagamento, mas produz novas formas de significar, sentir e existir.

Essa reexistência se expressa em múltiplos planos: na criação poética e estética da língua de sinais, na elaboração de teorias surdas e na consolidação de perspectivas bilíngues e decoloniais de educação. Em todos esses espaços, a Libras opera como acontecimento de pensamento, instaurando uma outra lógica do dizer — uma lógica que recusa a homogeneidade e afirma a multiplicidade do humano.

Com isso, o estudo reafirma que uma **linguística da diferença** não pode ser construída a partir da tolerância à diversidade, mas a partir da desestabilização das hierarquias que sustentam o saber linguístico. A Libras não pede inclusão: ela propõe transformação. Propõe uma linguística que não se escute apenas, mas que se veja, se mova e se sinta — uma linguística que reconheça o corpo como lugar de pensamento e a diferença como condição de criação.

Assim, compreender a Libras como linguagem dissidente é compreender que a resistência não se limita ao enfrentamento, mas se expande em formas de vida, de saber e de sensibilidade que reconfiguram o mundo. A Libras não apenas rompe com o ouvintismo estrutural: ela anuncia a possibilidade de um pensamento outro, em que a linguagem, o corpo e o conhecimento se reinventam continuamente.

Referências

- CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; MAURÍCIO, A. C. **Dicionário da Língua de Sinais Brasileira – Libras**: trilingue (Libras-Português-Inglês). 3. ed. São Paulo: Edusp, 2017.
- DELEUZE, G. **Diferença e repetição**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. v. 1.
- DERRIDA, J. **De la grammatologie**. Paris: Minuit, 1967.
- FAIRCLOUGH, N. **Discourse and social change**. Cambridge: Polity Press, 1992.
- FOUCAULT, M. **A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- MIGNOLO, W. D. **Desobediência epistêmica**: retórica da modernidade, lógica da colonialidade e gramática da descolonialidade. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2008.
- MOITA LOPES, L. P. da. **Identidades fragmentadas**: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade na sala de aula. Campinas: Mercado de Letras, 2006.
- MOITA LOPES, L. P. da. **Linguística aplicada e vida contemporânea**: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. São Paulo: Parábola, 2013.
- PENNYCOOK, A. **Critical applied linguistics**: a critical introduction. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 2001.
- PERLIN, G. **Identidades surdas**. In: SKLIAR, C. (org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2005. p. 51–73.
- RAJAGOPALAN, K. **Por uma linguística crítica**: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola, 2003.

- RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2016.
- SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- SKLIAR, C. **Educação & exclusão**: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- STROBEL, K. **As imagens do outro** sobre a cultura surda. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2009.
- WALSH, C. **Interculturalidad, Estado, sociedad**: luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, 2018.